
Dossiê:

**O FUTURO DO
ENTENDIMENTO
DE FRONTEIRA
E DA RELAÇÃO
ENTRE OS POVOS**

ARTIGO 3

**O COSMOPOLITISMO COMO CONDIÇÃO PARA O
FUTURO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA. DESAFIOS DA
GESTÃO ANÍSIO BRASILEIRO NA PROMOÇÃO DA
INTERNACIONALIZAÇÃO E DA INTERIORIZAÇÃO**

Por Paulo Henrique Martins

Introdução: desafios do cosmopolitismo

Os desafios de se pensar a universidade pública como projeto cosmopolita de produção e divulgação do conhecimento no mundo global e neste contexto de predomínio das ideias neoliberais e dos valores individualistas e privatistas são relevantes. É como nadar contra a correnteza. Defender os valores do bem comum e público nesta conjuntura constitui uma prioridade para os gestores das universidades públicas no Brasil. Neste sentido, temos que louvar as iniciativas do Reitor da UFPE, Professor Anísio Brasileiro, que na sua gestão insistiu na modernização da Universidade Federal de Pernambuco a partir de sua expansão para fora, para o incremento com outros centros de produção do conhecimento, e sua expansão para dentro, ampliando as ofertas de atividades para o interior do estado através da criação de novos centros acadêmicos.

O antigo reitor entendeu que a atualização da missão da universidade pública em Pernambuco no contexto de globalização de informações passava por um duplo movimento: um deles, para fora, o da internacionalização, no sentido de articular redes de cooperação com outras universidades e centros de pesquisas do Brasil e do estrangeiro com vistas a ampliar os usos coletivos de recursos e a divulgação de informações e produtos científicos que são de interesse comum e público. O outro movimento, o da interiorização, diz respeito a ampliar e distribuir no ambiente circundante da universidade, em Pernambuco, o capital cultural e intelectual da universidade de modo a incorporar novos atores e talentos e disponibilizar os recursos para a formação e a pesquisa no interior do estado. Assim, o apoio que deu para a expansão

dos centros universitários no interior do estado tem contribuído muito para abrir as portas da vida universitária para atores que jamais poderiam ter acesso ao conhecimento científico de alto nível.

Esta plataforma de política acadêmica revela o entendimento do ex-reitor da UFPE sobre a importância de que a universidade pública regional ultrapasse a dimensão provinciana tradicional, para assumir um caráter cosmopolita que é imprescindível neste momento da globalização tecnológica e informacional. Estamos vivendo um mundo de ultrapassagens de fronteiras culturais e intelectuais exigindo que a produção e a divulgação do conhecimento científico sejam ampliadas para novos públicos. Isto facilita tanto a promoção da democratização do ensino, da pesquisa e da extensão universitárias como a internacionalização do conhecimento em favor da melhoria da qualidade de vida e da capacidade de reflexão sobre o mundo globalizado.

As universidades tradicionais eram necessariamente provincianas na medida em que foram organizadas dentro de um sistema de pensamento delimitado pelas exigências do nacionalismo metodológico e na crença burocrática de que o Estado nacional era o agente central no desenho e na promoção da modernização nacional. Nesta direção, a ênfase na produção de conhecimento com vistas a emancipação do poder nacional na ordem mundial era vista com prioridade como se a sociedade nacional fosse uma entidade existindo fora da ordem global. No entanto, com os novos processos de integração das sociedades no plano mundial a ideia de sociedade nacional como fenômeno relativamente hermético perde força para as perspectivas de uma sociedade globalizada embora regionalmente diferenciada. Não estamos aqui nos referindo somente à globalização dos mercados financeiros e de bens e serviços mas sobretudo à globalização informacional e cultural que obriga as crenças nacionalistas a se abrirem para um entendimento mais ampliado da realidade humana, social, ecológica e tecnológica. Nesta direção, como o propõe o sociólogo Edgar Morin (**MORIN e KERN, 1993**), há que se pensar numa cidadania global que coexista com as cidadanias localizadas, nacionais e regionais pois o planeta terra é a pátria de todos.

Certamente, o processo de construção de uma consciência científica universal e democraticamente multicultural que contemple as diversidades históricas e geográficas na produção do conhecimento constitui um movimento complexo. Esta construção exige dos centros de produção de conhecimentos locais e regionais bastante elasticidade e sensibilidade para acolher o geral e o

particular tanto na organização das atividades curriculares como naquelas de pesquisa e de extensão universitárias. O momento de investimento na formação de mestres e doutores no exterior se encerrou como o provam a presença de importantes centros de excelência acadêmica no país. Agora o desafio é de construir os fundamentos do imaginário cosmopolita nas nossas universidades públicas, assegurando maior presença dos cientistas brasileiros nas pesquisas de ponta nas diversas áreas do conhecimento.

Enfrentando a colonialidade do saber no campo acadêmico

A passagem do provincianismo para o cosmopolitanismo não é tarefa fácil colocando desafios importantes em termos de modernização administrativa e sobretudo de mudanças de mentalidades. Há um desafio estrutural neste processo de modernização acadêmica que é dado pelo fato que a organização das universidades nacionais nas sociedades pós-coloniais ter seguido o modelo eurocêntrico¹. O provincianismo eurocêntrico partia do princípio que o saber universal era um privilégio do desenvolvimento cultural e científico europeu e que as demais sociedades não europeias deveriam seguir tal modelo com vistas a poder se modernizar e atingir os níveis de desenvolvimento das sociedades avançadas. Tal ideologia influenciou decisivamente sobre o processo de construção das universidades situadas nas periferias do sistema capitalista mundial, tanto na organização dos departamentos científicos como na formatação das disciplinas curriculares e das prioridades de ensino e de aprendizagem. A consequência de tal lógica colonial foi frequentemente a desvalorização dos saberes e experiências locais com vistas a reproduzir a colonialidade do saber.

O eurocentrismo introduziu um sistema classificatório piramidal no qual o universalismo eurocêntrico ocupava o topo da pirâmide enquanto os demais saberes sobretudo das sociedades pós-coloniais eram vistos como particulares e piores de irracionalidades e misticismos (**LANDER, 2003**). Tal entendimento contribuiu, na verdade, para impor um padrão de verdade científica de base materialista e empiricista que desvalorizou saberes e

LANDER, E. (Compilador). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

¹ O eurocentrismo é uma ideologia que coloca a experiência histórica europeia como o programa civilizacional mais importante do planeta e da modernidade. Nesta linha de reflexão o eurocentrismo promove a ciência europeia como as construções discursivas mais verdadeiras porque centrada numa experiência cultural universal, enquanto as demais narrativas científicas seriam apenas provincianas. Ver Lander (2003).

experiências locais muito ricas na produção e na organização das culturas e das práticas do cotidiano. A pretensão universalista do eurocentrismo contribuiu para fortalecer a ideia de que a cultura deveria ser erguida pela submissão pela força e pelas técnicas de outras culturas e da própria natureza, vista como possuindo uma natureza essencialmente selvagem. Isto fortaleceu a separação (ilusória) entre cultura e natureza que era fundamental para dar sentido prático, econômico e religioso, às comunidades tradicionais. A partir desta cisão o imaginário eurocêntrico impôs modelos colonialistas de modernização que colocaram a natureza como inimiga da ambição do capitalismo de crescer de modo ilimitado e a qualquer preço.

A separação tradicional entre a cultura humana e a natureza contribuiu para a perda e abandono de muitos conhecimentos construídos historicamente fora do universo cultural europeu. Ao mesmo tempo, tal cisão promoveu novos fracionamentos como aqueles entre trabalho e lazer o que contribuiu para uma cultura do consumo e do desperdício que revela a perda de contato dos indivíduos com as necessidades básicas de preservação do corpo físico e das realidades emocionais mais profundas do ser humano. Nesta direção, Boaventura Santos propõe como programa fundamental para superação do imaginário da colonialidade o resgate dos saberes e experiências massacradas e abandonadas o que ele sugere que seja feito a partir de duas linhas de ações: a de uma sociologia das ausências que valorize as experiências e saberes locais e a de uma sociologia das emergências que expanda as experiências e saberes de fronteiras de modo a organizar um outro mundo mais plural e dialógico (SANTOS, 2008).

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2008.

A lógica do poder colonial, fundada numa base piramidal e moral tendo o eurocentrismo como centro, afirmou a colonialidade do saber mediante a reprodução destas hierarquias no interior das sociedades pós-coloniais. As universidades dos países colonizadores eram concebidas como situadas no topo da pirâmide do conhecimento científico sendo vistas como legítimas reprodutoras do saber eurocêntrico universal. As universidades fundadas nas sociedades herdadas da colonização eram entendidas como vocacionadas para a reprodução do saber eurocêntrico. A hierarquia do saber colonial se distribuía entre centro e periferia a diferentes níveis. Num primeiro plano havia a articulação vertical e dependentista entre as universidades dos países centrais e as principais universidades dos países periféricos. Numa segunda instância, tal hierarquia de poder acadêmico se reproduzia a nível intra-

nacional envolvendo as universidades dos centros mais industrializados com as dos centros menos industrializados. No caso brasileiro, observamos, assim, que a Universidade de São Paulo por estar situada na área mais industrializada do país era vista como o modelo cosmopolita privilegiado enquanto os demais centros de conhecimento eram vistos como de vocação provincial. A hegemonia da universidade paulista foi fortalecida com a fundação da Universidade de Campinas e com a presença da Universidade Federal do Rio de Janeiro que detinha o título de antiga capital da república e, por conseguinte, locus de uma elite dirigente importante na organização do aparato administrativo e burocrático do estado brasileiro.

Há uma ambiguidade nesta construção ideológica na medida em que a legitimidade da USP e demais universidades do centro industrial brasileiro para se constituir como centros autônomos dependia da capacidade dessas universidades se colocarem como correias de transmissão do saber eurocêntrico. A condição para elas aparecerem como a representação do saber cosmopolita no interior do Estado nacional brasileiro exigia que reforçassem seus laços como províncias com relação as universidades do centro, da Europa, e de sua extensão, os Estados Unidos.

Contudo, nas últimas décadas, a complexidade crescente dos sistemas de produção de conhecimento se revelou com a proliferação de novas instituições universitárias, de pesquisas e de atores científicos. Por conseguinte, a estrutura piramidal do conhecimento universitário tradicional de base colonial foi tensionada com a expansão de cursos de pós-graduação e de centros de pesquisas científicas avançados fora da esfera científica eurocêntrica.

No caso brasileiro, vemos esta mudança objetivamente desde os anos oitenta do século XX. O caso da sociologia é emblemático. Na década de setenta do século passado havia apenas três centros de pós-graduação renomados no Brasil, situados em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Hoje, existem mais de cinquenta programas completos de pós-graduação com mestrados e doutorados em sociologia espalhados nas diversas regiões do país ampliando a oferta de diplomas e a produção científica. Certamente, tal complexidade do sistema acadêmico teve impacto importante sobre a capacidade da lógica piramidal eurocêntrica na organização das instituições científicas no Brasil enfraquecendo a lógica colonial. A entrada de novas instituições e atores contribuiu para quebrar as hierarquias de saberes promovendo a

democratização do ensino e da pesquisa, assim como novos saberes e experiências da vida cotidiana, valorizando o local e o regional em novo diálogo com o global.

As transformações da universidade provinciana em direção a universidade cosmopolita nas últimas décadas não foi processo fácil. O provincianismo significava um entendimento da universidade como mecanismo de reprodução do saber eurocêntrico. A passagem para o cosmopolitismo significou uma revisão profunda deste olhar a partir do investimento na criatividade e na inovação em pesquisas com impactos sobre os conteúdos curriculares e sobre as práticas de ensino.

Ainda nos anos noventa, quando fiz concurso para o Departamento de Ciências Sociais da UFPE, pude observar pessoalmente esta transição. Naquela época, diferentemente de hoje, o corpo docente do departamento estava dividido entre os que tinham diplomas de mestrado e de doutorado atuando na pós-graduação e os demais que atuavam apenas na graduação. As diferenças entre ambos grupos não se explicavam pelos graus dos diplomas – graduação, mestrado e doutorado – revelando choques de mentalidades sobre o que deveria ser a missão da universidade pública. Cheguei a presenciar um embate entre professores numa reunião departamental onde se dividiam as opiniões entre os que propunham que a universidade deveria ser apenas um centro de reprodução de conhecimentos e aqueles que estavam construindo a pós-graduação e que entendiam que a universidade deveria ser também produtora de saberes. Este tipo de embate reflete exatamente aquela divergência de olhares entre os que consideravam que a UFPE deveria ser um centro periférico e provinciano e os que consideravam o valor do cosmopolitismo, da inovação e da criatividade. Hoje, os investimentos importantes feitos na formação de profissionais especializados permitiram as universidades públicas, em geral, e a UFPE, em particular, superar esta dicotomia e se lançar num programa mais cosmopolita do projeto universitário

O Reitor Anísio Brasileiro teve o mérito de entender que a universidade precisava sair de uma visão mais provinciana pra ser mais cosmopolita, o que significa ter que internacionalizar e interiorizar suas ações. Nesta direção, há que se avançar no apoio a modernização das mentalidades fato que não depende apenas do gestor maior do conjunto de docentes, pesquisadores, estudantes e servidores técnicos na formação e na capacitação, de modo a

agilizar os procedimentos burocráticos e reformas as estruturas de ensino, de pesquisa e de extensão. Há que se pensar e se fazer a universidade de uma forma ampla considerando ao mesmo tempo o local e o global, o nacional e o internacional.

A fronteira como desafio da emancipação da universidade cosmopolita na periferia do sistema mundial

Quando a professora Maria de Jesus, coordenadora do Instituto do Futuro, elegeu o tema da fronteira na organização do debate acadêmico, ela também contribui para ampliar esta reflexão sobre reformulação dos destinos da universidade pública. A ideia de fronteira como o bem coloca o sociólogo Boaventura Santos permite visualizar novos modos de emancipação das sociedades e dos indivíduos num contexto em que se observa o esgotamento do eurocentrismo pelo excesso de regulação que terminou anulando as perspectivas da emancipação histórica da modernidade como concebida nos dois últimos séculos (**Santos, 1998**). Nesta mesma direção é de se assinalar que a apresentação da obra do poeta e biólogo Mia Couto no evento do Instituto do Futuro é muito oportuna por permitir aprofundar a conexão de fronteiras entre a ciência e as artes, o que contribui para demonstrar que o imaginário científico conhece um movimento pendular entre o empiricismo e o factual, de um lado, e a criatividade e o onírico, de outro.

A experiência da universidade cosmopolita situa-se nas fronteiras científicas, linguísticas, culturais e artísticas valorizando os encontros entre a ciência, a poesia e a literatura, entre imaginários históricos diferentes, entre modos diversos de percepção empírica, objetiva e subjetiva da realidade. O reconhecimento das diferenças e conexões entre elementos linguísticos, culturais, artísticos, políticos e ambientais nos convida a ampliar nosso olhar sobre a ideia de fronteira que deixa de ser apenas um fenômeno físico para ser sobretudo simbólico, revelando diferentes modos de percepção e construção subjetiva da realidade. A crítica pós-colonial tem oferecido uma contribuição decisiva para explorar este assunto ao demonstrar que a crise do eurocentrismo no momento atual revela um outro entendimento da modernidade ocidental. A crítica ultrapassa as divisões geográficas para expressar a complexidade das fronteiras imaginárias, renovando o entendimento da política e do poder nos espaços nacionais e transnacionais.

SANTOS, Boaventura de Souza.
Reinventar a Democracia.
Lisboa: Gradiva, 1998

A modernidade tradicional se reproduzia mediante os espaços fechados dos Estados nacionais permitindo a hegemonia do universalismo científico eurocêntrico a nível mundial. A organização social dependia muito das referências nacionalistas de cidadania: ser brasileiro, ser francês, ser japonês etc. Neste entendimento a organização do saber de inspiração eurocêntrica valorizava os indicadores objetivos do bem estar dados pelas perspectivas do crescimento e da distribuição da renda nacional conhecidas pelas sociedades mais industrializadas. Nesta lógica não se pensava com clareza a importância do local na produção dos conhecimentos. O abandono da perspectiva do local foi produto da separação metodológica da relação entre homem e natureza. A desvalorização do local significou também a desvalorização da natureza do corpo humano, da natureza das subjetividades e das emoções e, igualmente, da natureza física não humana.

O pensamento pós-colonial avança no entendimento de que essas fronteiras modernas ocidentalizadas serviam sobretudo para colonizar os pensamentos, em geral, e o pensamento acadêmico, em particular. Hoje, o dispositivo da nacionalidade ainda continua sendo importante para organizar as mobilizações sociais e políticas mas ele tem que ser necessariamente mediado por um entendimento mais amplo da vida social e ambiental, e de novos modos de organização dos sistemas de poder que estejam abertos às fronteiras: pelas diásporas e pelo entendimento do nacional como transnacional. Presenciamos, agora, sistemas confluentes, passagens abertas a partir da eleição de novas prioridades de organização dos indivíduos e das sociedades que partilham preocupações comuns sobre o destino do planeta e do ser humano. Ninguém pode ficar indiferente, atualmente, aos processos migratórios, à situação dos refugiados, à deterioração das condições climáticas e sociais, à pobreza e a desigualdade que atingem várias partes do globo.

Contra a perspectiva de um pensamento único colonial que organiza a utopia do capitalismo a nível mundial, há que se contrapor os pensamentos diversos que resgatam as tradições, as memórias e as particularidades culturais e identitárias (SANTOS, 2008; QUIJANO, 2003). Contra o pensamento único há que se defender igualmente a diversidade cultural e psicológica dos indivíduos e coletividades e a organização de modos de produção que ponham freios na ganância ilimitada da acumulação do capitalismo e dos valores

SANTOS, Boaventura de Sousa (2008), "A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal", Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 11-43.

QUIJANO, A. . **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina** in E. Lander (de.), La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas. pp. 201-245. Caracas: CLACSO, 2003.

egoístas que justificam o enriquecimento de pequenos grupos de indivíduos em detrimento da maioria, ampliando a pobreza, a desigualdade e a violência.

Desafios de superação das fronteiras internas das ciências sociais na produção do conhecimento complexo

As fronteiras que se apresentam na construção da universidade pública cosmopolita se constituem como desafios externos quando se pensa na internacionalização do conhecimento e aparecem como desafios internos quando se visualiza a interiorização do conhecimento. As fronteiras são físicas quando se pensa a criação de novos campi na região mas também são simbólicas quando se visualiza a produção e a difusão de conhecimentos dentro de um mesmo campo disciplinar ou entre campos disciplinares próximos.

Se tomamos o caso das disciplinas denominadas de ciências sociais e humanas que na UFPE se dividem nas atividades acadêmicas de quatro grandes centros – Filosofia e Ciências Humanas, Educação, Artes e Comunicação e Ciências Sociais Aplicadas – vemos que a ideia de humano é representada a partir de diversas perspectivas que muitas vezes se comunicam de modo problemático tanto do ponto de vista teórico como didático. Se aproximamos nossas lentes e consideramos apenas o caso do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) observamos que as interlocuções envolvendo professores e estudantes de disciplinas como Filosofia, Ciências Políticas, Antropologia, Sociologia, História, Museologia, Psicologia, Geografia e Meio Ambiente são relativamente precárias revelando distâncias burocráticas e científicas relevantes. Há algo de enigmático neste fato, pois embora todas se refiram ao empírico para construir os conceitos científicos que embasam as pesquisas e atividades curriculares departamentais. Observa-se, curiosamente, que muitas das disciplinas terminam se apoiando em mesmos referências paradigmáticos, teóricos e metodológicos. Tal modo compartimentalizado de organização do conhecimento revela a faceta da estrutura piramidal eurocêntrica de inspiração cartesiana que se apoia na separação metodológica da realidade na ambição de controlar as partes isoladas do real. Esta crença se apoia no sugerido por Descartes há vários séculos atrás ao utilizar a metáfora do relógio -que era um dos avanços tecnológicos mais consistentes de sua época – para descrever o corpo e a

sociedade humana. O fato é que a organização de uma ciência cosmopolita fundada na gestão compartilhada dos saberes tem o compromisso de superar as visões fragmentadas da realidade. Este é também o desafio central na gestão de uma universidade pública cosmopolita que contemple simultaneamente os avanços para fora e para dentro.

Tal empreitada não depende apenas da boa vontade do gestor maior da instituição acadêmica mas do discernimento dos professores que organizam a vida universitária. Neste momento tal desafio se mostra premente na medida em que as mudanças da realidade complexa exigem da vida acadêmica a produção de saberes transversais, atravessando as fronteiras do conhecimento de modo a responder as tarefas de organização de saberes e práticas que articulem o conhecimento científico e o conhecimento prático. Em tempos de neoliberalismo e de hegemonia de valores individualistas e privatistas este desafio de renovação das ideias de público e de bem comum aparece, logo, como uma responsabilidade que toca a todos os docentes responsáveis pela gestão do conhecimento, não dependendo apenas da vontade e competência dos que exercem cargos de gestão.

Considerando ainda um caso como o CFCH, observamos que as dificuldades de superação das fronteiras disciplinares com vistas a emergência de um conhecimento transversal, teórico e prático, não se limitam aos casos das disciplinas científicas acima elencadas mas se reproduzem inclusive dentro dos departamentos com diálogos precários entre pesquisadores e estudantes. As disciplinas oferecidas na área de estudo social muitas vezes não se comunicam entre si, e mesmo dentro de uma disciplina há várias abordagens que podem variar de um semestre para outro dependendo do modo de percepção da realidade de cada professor.

Nas ciências sociais as buscas de filiações científicas legítimas geram embates de ideias que nem sempre são explicitadas pelos protagonistas. Nestas ciências sociais, as tradições do marxismo – que elegia o conflito como fundamento da mudança social – do weberianismo – que entendia que as intersubjetividades comunicantes organizavam a ação social – ou do durkheimianismo – que objetivava a sociedade como fato social – têm sido revistas por novas disciplinas que revelam as urgências de temas como feminismo, ambientalismo e uma série de conhecimentos gerados pelas modernidades –centrais e periféricas – na organização da vida complexa. Mas observa-se, igualmente, que as novas contribuições teóricas não vêm

MORIN, E. **Introduction à la pensée complexe**, ESF, Paris, 1990

ajudando necessariamente a resolução das impermeabilidades de fronteiras, gerando mais divisões disciplinares e formação de grupos de especialistas que pretendem se colocar como interlocutores legítimos na análise da realidade.

A partir da crítica pós-colonial, é possível concluir que a colonialidade do saber parece continuar a predominar sobre as práticas científicas a partir deste processo de fragmentação disciplinar, complicando as possibilidades de emergência de um método complexo, tema que tem sido defendido por **Edgar Morin (1990)** desde os anos oitenta do século XX. As dificuldades de comunicação científica se passam na construção de um pensamento mais dialógico e transparente na formulação teórica do entendimento da vida. Há fronteiras também entre o pensamento mais abstrato e o pensamento prático no interior do mundo acadêmico quando se analisam as prioridades dadas pelos pesquisadores aos estudos teóricos em detrimento dos estudos práticos como aqueles da chamada extensão universitária. Para muitos, a valorização de um pensamento abstrato considerado mais sofisticado oferece maior status que o pensamento da prática.

É verdade que a produção pós-colonial de modo geral vem questionando nos últimos tempos os fundamentos da modernidade eurocêntrica como está presente nos estudos feministas, ambientalistas, religiosos e culturais. Isto vem contribuindo para resgatar autores pós-coloniais, produtores das margens, cujas ideias tinham sido abandonadas pelo pensamento hegemônico os caribenhos Aimé Césaire e Frantz Fanon, estudiosos da negritude, o tunisiano Albert Memmi que conheceu a discriminação de “raça” na sua experiência francesa e mesmo Paulo Freire cuja contribuição metodológica para as ciências sociais ainda não foi totalmente reconhecida no Brasil. Nesta direção os novos estudos voltados para a valorização das minorias e das diversidades vem permitindo liberar experiências intelectuais originais em diferentes partes do planeta fora da Europa, na América Latina, na África e na Ásia, desfazendo a base tradicional do pensamento eurocêntrico.

Perigos da recolonialidade do saber no mundo acadêmico

Há muitas fronteiras que separam a construção e a aplicação do conhecimento no interior da universidade pública, abrindo possibilidades preocupantes sobre as perspectivas de recolonialidade do saber (**Grosfoguel, 2008**). Por

GROSFOGUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade s: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global** In: Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, 2008.

consequente, o desafio da universidade pública na construção de seu cosmopolitismo é de romper com as fronteiras internas e externas que colonizam a prática do saber científico, limitando a liberação de vasos comunicantes e de cooperação entre diferentes centros universitários nacionais e internacionais mas também dentro da própria universidade.

No meu entender toda esta fragmentação contribui para a colonialidade e recolonialidade do saber, para a reprodução de um sistema hierárquico de conhecimentos coloniais, valorizando disciplinas e saberes que oferecem maior status acadêmico, considerando os parâmetros de produtividade e de reconhecimento dominantes nos sistemas de avaliação. Desvalorizam-se, logo, iniciativas que buscam democratizar o diálogo científico fronteiriço e que buscam articular o saber acadêmico e o saber da vida cotidiana. No fundo, vemos as perspectivas de uma nova colonialidade do saber contribuindo para reproduzir a antiga divisão do trabalho intelectual entre o pensamento dos centros clássicos de produção do conhecimento, aqueles dos países centrais ou do “norte” e o pensamento dos centros periféricos também conhecido como do “sul”. Esta recolonialidade é facilmente verificável quando se analisa as produções bibliográficas usadas nas produções de teses e dissertações e também aquelas usadas nos cursos de teorias sociais. Fica claro, a predominância no campo teórico de autores do “norte” em detrimento dos autores do “sul”. Este fato acontece nos centros ditos periféricos mas também naqueles ditos centrais. Ao se ler uma tese de doutorado produzida num departamento de ciências sociais em países como Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha verifica-se claramente a pouca importância dada à produção teórica do Sul Global. Como se a produção do Norte se constituísse num pensamento mais universal enquanto a produção do Sul seria localizada e de pouco interesse para explicar o fenômeno social das sociedades industrializadas.

A forma como se incorpora o pensamento do outro ou o pensamento estrangeiro que vai além da fronteira disciplinar revela a colonialidade do saber e as lutas para sua superação. Os próprios nomes dos autores revelam esta colonialidade. A origem nacional ainda interfere sobre os mecanismos de legitimação do saber científico. Assim, o francês Pierre Bourdieu, o inglês Anthony Giddens ou o alemão Jürgen Habermas terminam se impondo na hierarquia de reconhecimento científico apenas pelas suas nacionalidades. Isto não significa que suas produções intelectuais não sejam relevantes mas que as

nacionalidades contribuem para legitimar os saberes dito universais. No lado contrário, os intelectuais das periferias, do Sul Global, terminam sendo vistos como menos relevantes e por isso suas produções não são consideradas como decisivas para se pensar teses universalistas. Nesta direção, embora Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes ou Gilberto Freyre sejam intelectuais com largo reconhecimento no campo intelectual brasileiro, eles terminam sendo pouco conhecidos nos países centrais devido ao que se considera a limitação de suas produções científicas para se pensar o global. O fato é que por trás da divisão geográfica o pensamento nas ciências sociais continua a reproduzir na periferia do sistema mundial uma hierarquia moral que coloca uns como mais universais e outros como mais particulares.

A colonialidade e a recolonialidade do saber também se reproduzem a nível intra-nacional. Gosto de lembrar esta fenômeno a partir de alguns exemplos concretos. Na década de setenta do século passado, um pesquisador da Unicamp, Sergio Silva, realizou uma pesquisa de doutorado sobre a indústria cafeeira em Piracicaba e publicou a mesma sob o pomposo título de “As origens da industrialização no Brasil”. Se esta pesquisa fosse realizada no Rio Grande do Sul ou na Bahia não teria o mesmo reconhecimento na medida em que suas experiências de industrialização não eram consideradas como decisivas para se pensar a industrialização nacional.

Mas esta divisão do trabalho intelectual também se reproduzia regionalmente, considerando-se aqui não o fator industrialização mas tradição colonial. Gilberto Freyre, por exemplo, descreveu a história da civilização do açúcar apenas baseado na experiência de Pernambuco enquanto Manuel Correia de Andrade escreveu sobre A terra e o homem no Nordeste pensando o caso da pecuária. Tal autorização nominal também se enquadra na divisão tradicional do trabalho científico na medida em que Pernambuco era considerado o maior centro intelectual regional. Mas se pensamos no caso de um autor piauiense que escrevesse a partir do caso empírico do Piauí algo sobre as origens da industrialização brasileira ou da civilização do couro certamente não teria a mesma legitimidade e dificilmente conseguiria publicar seu livro numa editora nacional, em geral sediadas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Então a proposta de se sair do imaginário de uma universidade provinciana para avançar para uma universidade cosmopolita significa, também, romper com a hierarquia cognitiva e moral que sugere que pesquisadores originários de Pernambuco só podem pensar no máximo a experiência particular do

Nordeste enquanto para pensar o Brasil haveria a exigência de se considerar a experiência paulista.

Outro exemplo curioso nesta mesma direção é oferecido por uma experiência que vivi na Inglaterra quando lá estive realizando um estágio pós-doutoral. Fui questionado por colegas paulistas sobre o fato de pesquisadores pernambucanos desejarem fazer seus doutorados na Europa quando, segundo, elas, poderiam ir primeiramente para São Paulo para depois fazer um pós-doutorado fora. Segundo as colegas, o nível das universidades paulistas seria mais adequado para os pesquisadores regionais se apropriarem de conteúdos e problemáticas mais pertinentes para o estudo do caso brasileiro. Na ocasião busquei explicar que Pernambuco tem uma importante tradição cosmopolita desde o período colonial e que muitos dos nossos mais importantes intelectuais foram personagens que realizaram seus estudos na Europa e nos Estados Unidos e isto antes mesmo de São Paulo vir a se tornar um importante centro acadêmico. Lembrei igualmente a minhas interlocutoras que a primeira Faculdade de Direito do Brasil nasce em Pernambuco comprovando a presença dos intelectuais pernambucanos na organização do pensamento brasileiro e latino-americano.

Rumos da universidade pública cosmopolita

Os mecanismos de colonialidade surgem no plano internacional e se reproduzem também no plano interno. O desafio da nova universidade pública é romper com este imaginário provinciano para estabelecer as bases de um pensamento cosmopolita aberto e dialógico que possa ser referência na construção de um saber mais geral que seja teórico e prático. Há questões importantes que emergem desta reflexão: O que uma universidade situada no Nordeste do Brasil pode oferecer a uma universidade situada na América central, na África ou na Ásia? A resposta a esta questão se situa no fato de haver fenômenos sociais, econômicos, tecnológicos, artísticos e culturais que não podem ser apreendidos a partir unicamente de um território administrativo delimitado e organizado pelo Estado nacional mas a partir de espaços transnacionais. Considerando que o sistema-mundo não é uma realidade homogênea sendo formada por diversos sub-sistemas regionais, então é importante que as universidades das sociedades pós-coloniais

MARTINS, P.H. (2015) **Sistema-mundo, globalizaciones y América Latina** In: A. Bialakowsky, M. Arnold-Chatalifaud y P.H. Martins (compiladores) *El pensamiento latinoamericano: diálogos em ALAS*. Buenos Aires: Teseo/CLACSO/ALAS.

considerem as novas fronteiras do conhecimento inclusive aquela latino-americana da qual o Brasil faz parte (**Martins, 2015**)

Há elementos importantes a serem identificados em pesquisas comparativas e na valorização de teses que revelam as particularidades de outras sociedades permitindo se ressaltar as convergências teóricas entre fenômenos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais diferentes. Neste sentido, o atual momento da internacionalização da UFPE constitui uma experiência interessante a ser analisada. Observa-se que vários departamentos e programas de pós-graduação estão empenhados nos desafios de acolher estudantes estrangeiros, sobretudo latino-americanos e africanos e os institutos internacionais criados na gestão do Reitor Anísio Brasileiro, como os da América Latina, Ásia e África associados ao Instituto do Futuro podem ser importantes vetores institucionais para dinamizar esta faceta da internacionalização desta universidade pública.

A dinamização de iniciativas que valorizam o compartilhamento de experiências oferece novos sentidos para entendimento das ações internacionais em grau comparativo sobre temas urgentes e emergentes como gestão de águas, inovações tecnológicas, economias alternativas, pobreza, desigualdade, violência entre outros, permitindo se romper com a hierarquia colonial de saberes resultantes do eurocentrismo. Isto não diz respeito apenas às ciências sociais mas a todo o conhecimento científico envolvendo as pesquisas nas áreas de engenharia, de informática, de saúde ou de estudos ambientais entre outros.

Para concluir esta exposição é importante lembrar que a criação do Instituto da América Latina, do qual tive o privilégio de ser fundador e primeiro coordenador, é fundamental para relançar os estudos latino-americanistas no Brasil e na região. Houve um momento em que a cooperação intelectual entre pesquisadores brasileiros e de outros países da região latino-americana era bem presente como nos revelam os projetos de construção de teorias como aquelas do estruturalismo cepalino, da teoria da dependência ou da teologia da liberação. Mas o fato é que o estímulo à formação de pesquisadores especializados nos centros acadêmicos da Europa e dos Estados Unidos contribuiu para mudar o foco de atenção dos pesquisadores brasileiros em ciências sociais, observando-se o distanciamento entre pesquisadores brasileiros e latino-americanos.

Por um lado, a formação de pesquisadores nos países centrais foi muito positiva na medida em que, sem dúvidas, aqueles centros acadêmicos estavam bem posicionados para oferecer diplomas especializados. Por outro lado, a ênfase na produção colonialista contribuiu para se desvalorizar as experiências sociais culturais e históricas que sociedades pós-coloniais com a brasileira compartilham com aquelas outras da região latino-americana e caribenha. Pois não há como se imaginar saídas para a criação de modelos exitosos de modernização nacional, hoje em dia, sem considerar as experiências paralelas de modernização de outros países da região. Isto vale tanto para se pensar os processos de industrialização e de democracia nacionais como sobretudo de criação de uma ordem global mais justa que favoreça a interculturalidade e o diálogo entre Norte e Sul e entre Sul e Sul. Hoje, existem na UFPE cerca de 20 grupos de pesquisas que se interessam pelo tema da América Latina. Neste sentido, é um desafio importante para o Instituto da América Latina da UFPE reunir tais centros de modo a favorecer uma dinâmica de cooperação interdisciplinar e transdisciplinar articulando os processos de internacionalização e de interiorização das experiências acadêmicas.

Entendemos que a criação deste instituto como a dos demais voltados para a internacionalização da UFPE comprovam o espírito visionário do Reitor Anísio Brasileiro ao delinear os passos da universidade pública em tempos de globalização e também de crise.